

DESENVOLVIMENTO, TRABALHO E CAPITAL: A REPRODUÇÃO DEGENERATIVA DO TRABALHADOR NO SÉCULO XXI

César Augustus Labre Lemos de Freitas¹
Romildo dos Santos Silva²

INTRODUÇÃO

Desenvolvimento não tem sido só uma palavra mágica, tem sido a busca de todos, no sentido de manter o processo de reprodução, um tanto melhorado, das relações sociais burguesas. Mas, o que vem a ser o desenvolvimento, qual a referência da busca, qual o desejável? Os desafios se fazem muito maiores quando se trata de países regiões reconhecidamente atrasadas ou subdesenvolvidas. Num tempo caracterizado pelas dificuldades de reprodução social, visto nas mais diversas dimensões, e com as reivindicações experimentando várias configurações, decorrentes dos diversos agrupamentos sociais, as questões relativas ao processo de definições do que seja assim como as propostas de desenvolvimento se tornam ainda mais complexos. É a polêmica que tomamos como referência e a partir dela que procuramos refletir.

Assim, pensamos ser de fundamental importância estabelecer um debate com diversas áreas do conhecimento que permitam construir uma interpretação que dê conta de entender as diversas formas contraditórias da luta para reproduzir o capitalismo.

O desenvolvimento não significa necessariamente que as condições materiais de vida de uma ampla parcela da população se tornem favorável, mas sim que as estruturas sociais passam por diversos processos de mutação que podem não interferir de forma positiva no primeiro aspecto. Pois vai depender, sobremaneira, das formas de articulação entre os diversos segmentos sociais no sentido de conseguir ampliar a apropriação da riqueza social produzida.

¹ Graduado em Economia pela Pontífice Universidade Católica de Goiás(1992), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2004) e Doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (2010). Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão e Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da UFMA. Atualmente concentrando as pesquisas na relação entre pobreza e precarização das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo e como isto interfere na dinâmica urbana. E-mail: cesarlabre@bol.com.br

² Possui graduação em Economia pela Universidade Federal da Paraíba (1990); mestrado em Economia pela Universidade Federal da Paraíba, Campus II Campina Grande (1993) e doutorado em Programa de Pós Graduação em Sociologia UNESP/FCL/Araraquara pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (2006). Atualmente é professor adjunto IV (DE) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) lotado no Departamento de Economia do campus de São Luís. Atua em projetos de pesquisa nas seguintes áreas: Economia Industrial; Economia e Sociologia do Trabalho; Ciência e Tecnologia, Educação e Trabalho, transformações sócio-econômicas e metamorfoses das profissões. E-mail: somildo@hotmail.com

Diante disso, não é fácil medir-se o desenvolvimento de um país ou região, pois o seu conceito não está totalmente definido, principalmente em decorrência de que o entendimento relativo à boa ou má qualidade de vida ser bastante relativo, variando entre as diversas culturas existentes. Não obstante, é possível se fazer algumas definições, que são bem próximas de um verdadeiro conceito.

Segundo CASTRO (2003, p. 103):

Para bem compreender em que deve consistir uma estratégia global de desenvolvimento, é necessário primeiramente definir, com clareza e precisão, a noção de desenvolvimento. O mundo sempre viveu sob o impacto de mitos ou idéias-força e o grande mito do século XX é o “desenvolvimento”, assim como a “liberdade” foi o do século XVIII.

Isto significa, portanto, que o entendimento deve passar necessariamente por uma contextualização histórica de como o mesmo foi produzido e, diante disso, saber quais interesses a práxis social estabelece como prioritários a ser atendidos. Pensar o conceito como algo externo a dinâmica da sociedade que o criou e, portanto dos interesses contraditórios que permeiam a estrutura da sociedade capitalista, é confundir aparência com essência ou mesmo entender a dinâmica social em seus aspectos reificados o que não permite compreender o movimento real das coisas enquanto algo permeado de contradições.

ACUMULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NA DINÂMICA SOCIAL DO CAPITALISMO

A reflexão sobre o desenvolvimento capitalista exige uma discussão prévia sobre como se estruturam a relação entre o Estado e as políticas de desenvolvimento implementadas nos distintos contextos históricos. É importante refletir também, como se estabelecem os novos paradigmas de organização social nesta etapa de acumulação capitalista, denominada “acumulação flexível”³ (HARVEY, 2001).

A análise se estrutura a partir de uma abordagem destas novas formas de organização, como a realidade das políticas de ordenamento social vão sendo

³ O capital em seu processo de organização só existe enquanto estrutura flexível, pois o mesmo deve sempre se adaptar aos distintos contextos sociohistoricos para garantir a continuidade do processo de acumulação. Isto significa que consideramos problemático o uso do termo como se este momento histórico do capitalismo se apresentasse como algo novo em sua dinâmica social.

implementadas. É necessário estabelecer uma conexão entre os aspectos teóricos e uma nova realidade que é redesenhada, como é expressa a materialidade das condições de existência dos trabalhadores.

Este novo contexto, relacionado com o advento da terceira revolução industrial é identificado a partir da configuração da sociedade onde domina o meio técnico-científico e informacional (SANTOS, 1996). É definido um novo papel desempenhado pelas redes, quando o fluxo de circulação de mercadorias se torna cada vez mais veloz. Em consequência desta dinâmica, se desenvolve uma nova divisão internacional do trabalho em que o espaço mundial não mais se polariza em um centro industrializado e uma periferia exportadora de matérias-primas. Ocorre a formação de vários centros dinâmicos ou dinamizadores do capitalismo global.

A relação orgânica entre as empresas nos diferentes territórios se torna mais importante do que propriamente a relação entre Estados. O papel dos Estados passa a ser o de organizar e orientar os novos fluxos de investimento, assim como manter a ordem social e macroeconômica que aponte para uma estabilidade que tranqüilize os investidores. No entanto, ampliar investimentos do capital significa também ampliar a produção da mais-valia social, e para que isso ocorra os diversos governos tem ampliado os mecanismos que intensificam a precariedade da condição de vida de amplas parcelas dos trabalhadores.⁴

Segundo Harvey (2004a, p. 79), existe “A formação do Estado em associação com o surgimento da constitucionalidade burguesa tem tido, por conseguinte, características cruciais da longa geografia histórica do capitalismo” e uma nova dinâmica que permite maior agilidade no processo de circulação de mercadorias.

É um movimento que possibilita também a consolidação de novas desigualdades regionais. Existe um mecanismo de seleção territorial para a implementação de novas atividades produtivas. O aspecto central de definição de novos investimentos, passa pela disposição do poder público em garantir facilidades para o deslocamento do capital de um território para outro.

Forma-se então uma espacialização do capital, definida não só por aspectos econômicos, mas também por condições políticas e sociais favoráveis à nova

⁴ Neste sentido, entendemos que a precariedade do trabalho não se resume a perda de direitos ou nos diversos momentos de arrocho salarial. O trabalho sob a mediação do capital é precarizado em sua essência (MARX, 2004) e o que pode ocorrer são momentos em que se intensificam a dinâmica de precarização como tem ocorrido na transição do século XX para o século XXI.

organização produtiva capitalista (HARVEY, 2005). A lógica construída de desenvolvimento das relações econômicas entre os territórios expressa por meio de diversidades entre as regiões. Estas diversidades aparecem como grandes desigualdades regionais, advindas dos diferentes graus de inserção dos territórios no contexto da economia global (HARVEY, 2004a; 2005).

Uma das ideias centrais que permitem uma compreensão mais clara desse processo é a teoria dos pólos de crescimento (PERROUX, 1968). Esta teoria defende, como aspecto central, a premissa de que o desenvolvimento econômico nos moldes capitalistas se dá de forma polarizada e centrífuga.

O crescimento econômico não se distribui de forma equitativa por todas as regiões. Segundo Perroux (1968, p. 201) o dinamismo regional gera as “zonas de desenvolvimento”, em que se concentram nas economias de aglomeração. A conexão entre os pólos dinâmicos da economia geram os “eixos de desenvolvimento” nos territórios. A urbanização aparece como resultado direto do movimento de capital e de força de trabalho que se concentra em uma região específica, possibilitando a modernização econômica. É o espaço materializado na grande indústria como síntese histórica do processo de reprodução ampliada do capital.

A urbanização enquanto condição para concentrar força de trabalho como elemento fundante no sentido de garantir que a reprodução da força de trabalho se incorpore ao capital como forma de sua valorização (MARX, 1988). A partir desta assertiva, compreendemos que não existem malformações do desenvolvimento, como afirma Furtado (1982), idéia que pressupõe que os frutos do desenvolvimento podem ser apropriados pelos trabalhadores, desde que corrigidas algumas distorções. O desenvolvimento, em sua essência capitalista, é condição suficiente para intensificar a miserabilidade dos trabalhadores, pois esta é pressuposta pela dinâmica da acumulação.

O processo de desenvolvimento capitalista como afirmado nos parágrafos anteriores, nem sempre apresenta uma relação direta com a melhoria das condições materiais de vida dos trabalhadores. As estruturas sociais passam por diversos processos de transformação qualitativa, que são apropriadas pelas classes dominantes. Esta apropriação lhes permite o controle do processo de produção e reprodução social. Em verdade, o desenvolvimento é um elemento de reposição das condições fundantes para a reprodução do capital.

Neste sentido, Chauí (2006, p. 144) afirma que:

O desenvolvimento é o movimento interno de um modo de produção para repor seu pressuposto, transformando-o em algo posto, refere-se, portanto, a uma forma histórica particular; ou melhor, é a história particular de um modo de produção, cujo desenvolvimento é dito completo quando o sistema tem a capacidade para repor internamente e por inteiro seu pressuposto.

O que seria o “pressuposto” no modo de produção capitalista senão a acumulação de capital? Acumulação esta que se orienta pela lógica segundo a qual quem a produz, se apropria da menor parcela, neste caso, a classe trabalhadora que ao vender sua força de trabalho entrega ao capital os desígnios de sua existência social, ou seja, o controle das condições da sua reprodução social. O desenvolvimento cria e recria novos espaços, e os espaços de uma parte considerável dos trabalhadores se tornam espaços degradados e dilapidados. Estes espaços simbolizam um verdadeiro processo de espoliação (KOWARICK, 1993).

Para que o desenvolvimento apresente uma democratização da riqueza socialmente produzida, depende das diversas formas de articulação dos movimentos sociais. A socialização da riqueza depende da capacidade de pressão dos trabalhadores sobre as estruturas hegemônicas de poder. No entanto, é importante enfatizar que a socialização da riqueza obedece aos limites que não coloquem em risco a reprodução das relações sociais capitalistas. Mesmo porque, no processo de desenvolvimento das forças produtivas, se desenvolvem também os elementos que podem se tornar necessários e suficientes para a superação da realidade exploradora do capital (MARX, 2011). Isto porque o desenvolvimento da riqueza no capitalismo é em essência produção de tempo livre, entretanto, este tempo livre só existe para uma pequena parcela da humanidade porque os trabalhadores produzem trabalho excedente (MARX, 2010a; 2011).

Neste sentido, Marx (2010a, p. 207) afirma que:

Quando existe uma sociedade em que alguns vivem sem trabalhar (sem diretamente tomar parte na produção de valor de uso), é claro que a superestrutura inteira da sociedade tem como condição de existência o sobretrabalho do trabalhador[...] O tempo livre do lado das partes da sociedade que não trabalham se baseia no mais-trabalho ou trabalho extraordinário, no tempo de mais-trabalho das partes que trabalham, o livre desenvolvimento de um lado se baseia no fato de que os trabalhadores tem de utilizar todo seu tempo, portanto, o espaço de seu desenvolvimento na mera produção de determinados valores de uso; o desenvolvimento das faculdades humana de um lado baseia-se nos limites nos quais é mantido o desenvolvimento do outro lado.

Portanto, o crescimento do assalariado não significa necessariamente a garantia de melhoria das condições de vida dos trabalhadores (FURTADO, 1982; 1999; 2003), mas se apresenta como elemento intensificador da produção da mais-valia social.

O desenvolvimento constrói o “progresso” que favorece sobremaneira o processo espoliativo do capital. Sobre a relação entre o processo de espoliação e sua relação com o “progresso” capitalista, Kowarick (1993, p. 85) afirma que:

A dinâmica de produção dos espaços urbanos, ao gerar melhoria, cria simultânea e constantemente milhares de desalojados e desapropriados que cedem seus locais de moradia para grupos de renda que podem pagar o preço de um progresso que se opera através de uma enorme especulação imobiliária. Tal trama só pode levar a fixação das camadas pobres em zonas desprovidas de serviços públicos, até o dia em que o crescimento da metrópole, também desses locais tenderão a ser expulsos se porventura uma iniciativa política continuar bloqueada.

O progresso como elemento necessário do desenvolvimento capitalista cria uma interdependência entre as melhorias para uma parte privilegiada da população, e um intensivo processo de degradação para uma parcela significativa dos trabalhadores. Esta é uma das formas como o desenvolvimento capitalista se materializa.

No capitalismo, o progresso se apresenta segundo Hobsbawm (2000) como um drama e uma metáfora, desde o momento em que a burguesia assume o controle social da produção. Ele cria um mundo novo em que convivem vitoriosos e vítimas. Segundo Hobsbawm (2000), o progresso produz um drama que cria amplas dificuldades para as suas vítimas.

E quem são as vítimas do progresso, senão uma grande parte dos trabalhadores. Este drama se expressa na forma como os trabalhadores absorvem e principalmente são absorvidos pelo ritmo do progresso capitalista. O progresso aparece, como afirma Hobsbawm, como uma forma metafórica de descrever uma realidade que se torna muito penosa para vários segmentos dos trabalhadores.

De acordo com Marx (1988, p. 184):

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução acontínuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existir para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. Assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão.

À compreensão do processo, é necessário também que se dê elucidar as contradições que produzem a realidade em suas múltiplas dimensões e determinações. Isto pode auxiliar na desmistificação de idéias que pretendem se estabelecer como hegemônicas, e como únicas formas de construção da realidade.

A contextualização histórica deve identificar na práxis social quais interesses devem ser colocados como prioritários a ser atendidos. A ideia de desenvolvimento se apresenta como resultado de uma dinâmica das classes dominantes de acordo com Marx e Engels (2007), isto é, para quem a universalização de uma ideologia de classe para toda a sociedade.

Entretanto, mais do que em qualquer outra formação social, o capitalismo é permeado de contradições. Estas contradições para serem “resolvidas” precisam confundir aparência com essência (o que representa exatamente a metáfora do progresso). É preciso então entender que o desenvolvimento constrói uma realidade social reificada, o que não permite compreender o movimento real da sociedade, movimento este que é determinado pelo ritmo da acumulação do capital e ampliação da miserabilidade da classe trabalhadora.

O que a ideia de desenvolvimento, da forma como é hegemonicamente proposto, faz justamente é esconder as contradições da sociedade capitalista, pois o mesmo é colocado como algo “esotérico”. É uma forma de identificar o desenvolvimento como algo que está acima dos interesses particulares de qualquer classe dentro da sociedade capitalista.

Sobre esta relação Marx e Engels (2007, p. 47) afirmam que:

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem a sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela são submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais nos faltam os meios da produção espiritual.

Portanto, a construção de um conceito dominante de desenvolvimento, procura identificar os interesses particulares de uma classe como um conceito universal ou universalizante que a todo tempo procura dar conta – pelo menos na forma – dos anseios de todos os segmentos sociais. O conceito não distingue que os benefícios materiais se apresentam constantemente de forma desigual, pois o que determina esta dinâmica é a forma como se estabelece o processo de apropriação da riqueza no capitalismo.

Esta noção socialmente produzida cria um processo de ordenação em que todas as classes passam a ter interesses comuns. Os processos se estabelecem de forma que os interesses de classe perdem seu significado, perante os interesses globais de uma abstração ganham características concretas.

A idéia recente de desenvolvimento como elemento norteador das políticas econômicas se tornaram centrais a partir de janeiro de 1949, no discurso de posse do presidente Harry Truman. O mesmo coloca como sendo de fundamental importância à democratização e expansão do progresso industrial como forma de garantir o crescimento econômico e à melhoria de vida de todas as áreas não desenvolvidas do planeta. O objetivo seria impedir o avanço do império soviético em um primeiro momento na Europa e Ásia e a partir da década de 1960 na América Latina. Esta idéia então foi precedida de várias interpretações que tentaram dar conta de estratégias políticas, econômicas e sociais que permitissem a superação da situação de atraso e de subdesenvolvimento.

Dentre as interpretações, para o fenômeno, podemos citar a de Rostow (1961) que apresenta uma idéia de linearidade para o desenvolvimento, considerando que o processo de desenvolvimento se daria em cinco etapas distintas: a sociedade tradicional, as condições para o arranco, o arranco, a marcha para a maturidade e a era do consumo em massa. Estas condições seriam suficientes para romper com os atrasos que entravavam o desenvolvimento de algumas regiões. O grande equívoco nesta análise é que ela desconsidera as particularidades históricas que distinguem as diversas regiões.

Diante disso e como tentativa de compreender a relação entre regiões de capitalismo desenvolvido e as regiões onde o capitalismo não apresentava as mesmas condições, foi criada, em 1948, pelo [Conselho Econômico e Social das Nações Unidas](#), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), com o objetivo de incentivar a cooperação econômica entre os seus membros e também desenvolver estudos que contribuíssem no sentido de pensar alternativas para a superação do subdesenvolvimento na América Latina (BIELCHOWSKY, 2000).

A perspectiva cepalina vai se desenvolver em contraposição a análise de Rostow apresentando o desenvolvimento não como um aspecto de etapas, mas sim levando em consideração as especificidades de estruturas periféricas, como no caso da América Latina. Segundo Bielchowsky (2000, p. 22):

Não se tratava de comparar o subdesenvolvimento periférico com a história pretérita das economias centrais. Para os autores cepalinos, o desenvolvimento nas condições da periferia latino-americana não seria uma

“etapa” de um processo universal de desenvolvimento – como era, por exemplo em Rostow – mas um processo inédito, cujos desdobramentos históricos seriam singulares à especificidade de suas experiências, cabendo esperar-se sequências e resultados distintos aos que ocorreram no desenvolvimento cêntrico.

Isto significa dizer que as estratégias para superar o subdesenvolvimento deveriam obedecer a uma análise criteriosa das particularidades locais e diante disso, apresentar elementos que fossem compatíveis com o contexto socio-histórico da realidade em estudo. Sendo assim, as análises cepalinas forma de fundamental importância na orientação das políticas de industrialização que se seguiram na América Latina a partir da década de 1950, principalmente no México, Argentina e Brasil.

O desenvolvimento econômico, que historicamente começa a acontecer nos países ou estados-nação que realizaram sua revolução burguesa, é caracterizado pelo aumento da produtividade ou da renda por habitante. Este aumento vem acompanhado por contínuo processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico.

De acordo com Furtado (1961 p. 184-185):

O subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas modernas. É, em si, um processo particular, resultante da penetração de empresas capitalistas modernas em estruturas arcaicas. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob várias formas e em diferentes estágios [...] Como fenômeno específico que é, o subdesenvolvimento requer esforço de teorização autônomo. A falta desse esforço tem levado muitos economistas a explicar, por analogia à experiência das economias desenvolvidas, problemas que só podem ser bem equacionados a partir de uma adequada compreensão do fenômeno do subdesenvolvimento.

Além disso, estas análises partiam do pressuposto da importância da ação estatal no sentido de impulsionar e garantir a dinâmica do desenvolvimento, principalmente para equalizar as desigualdades que vão surgindo em decorrência deste processo de modernização das estruturas. Não significando, porém, que os níveis de desenvolvimento serão iguais a todos.

Entretanto, o desenvolvimento histórico, nas últimas décadas, apresentou algumas questões que forçam uma reinterpretação do fenômeno. A explosão inflacionária e da dívida externa na década de 1980, bem como a expansão dos índices de miséria em todo o mundo, inclusive nos países de capitalismo avançado (decorrentes principalmente da falência do Welfare State na passagem do século XX para o século XXI) colocaram em xeque a condição do desenvolvimento capitalista em solucionar tais questões.

OS DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO FACE ÀS NOVAS DEMANDAS E NECESSIDADES SOCIAIS

O desenvolvimento do capitalismo pressupõe também a construção de um imaginário da riqueza através do trabalho (SMITH, 1988), degenerando moralmente os grupos que não se adequam as rotinas de “etiqueta” do trabalho. Marx ao descrever a acumulação primitiva, demonstra o aspecto moral do trabalho na formação da sociedade burguesa. Segundo Marx (1988), a economia política constrói uma relação entre miséria e uma menor disposição que os indivíduos têm em se entregar as atividades laboriosas.

Neste sentido, Marx (1988, p. 215) afirma que:

Essa acumulação primitiva desempenha na Economia Política um papel análogo ao pecado original na Teologia. Adão mordeu a maçã e, com isso, o pecado sobreveio a humanidade. Explica-se sua origem contando-a como anedota ocorrida no passado. Em tempos muito remotos, havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, vagabundos dissipando tudo o que tinham e mais ainda. A legenda do pecado original teológico conta-nos, contudo, como o homem foi condenado comer seu pão com o suor de seu rosto; a história do pecado original econômico no entanto nos revela que há gente que não tem necessidade disto (MARX, 1988, p. 251).

Mesmo que este processo de acumulação primitiva descrita por Marx já tenha em grande parte sido superado, esta “anedota” ainda serve para explicar as diferenças existentes entre os indivíduos. É como se a inserção na situação de miséria estivesse diretamente relacionada a não disposição de sobreviver a partir do “suor de seu rosto”.

Esta importância que se dá ao trabalho como elemento de acumulação de riqueza esconde justamente a principal característica do capitalismo, a existência de uma classe que vive não do seu trabalho, pois só existe a partir da exploração do trabalho de outros.

É fato que há o predomínio dos paradigmas econômicos como formas quase únicas de medir as necessidades que foram sendo criadas e recriadas após a revolução industrial. Entretanto, a partir de meados do século XX novos paradigmas e novos grupos foram aparecendo, e diante disso foi necessário repensar novas soluções como propostas de universalizar os benefícios do desenvolvimento, o que não significa romper com a dinâmica exploratória do capital.

Diante disso, as transformações que ocorreram no mundo a partir da década de 1960 em seus vários aspectos: cultura, política, economia, como não podia deixar de ser houve uma completa reformulação nos padrões de comportamento como resultado do aparecimento de “novos atores” que não estavam sendo devidamente atendidos pelos

padrões de desenvolvimento então vigentes (HARVEY, 2001). Entretanto, para a compreensão deste processo é necessário primeiro compreender como estas transformações ocorreram e quais objetivos procuravam atingir.

As novas reivindicações surgidas a partir de novos agrupamentos sociais até então considerados excluídos do processo de desenvolvimento social: negros, mulheres, e todos os grupos minoritários socialmente que demandavam mais espaço de atuação dentro da sociedade. Com relação ao papel das minorias, as reivindicações femininas foram muito importantes, haja visto que entrou em pauta assuntos até então não muito debatidos, como o aborto, liberdade de expressão e principalmente a tentativa de emancipação feminina a partir da inserção maior no mercado de trabalho⁵.

Com relação a esta questão é importante considerar que isto influenciou decisivamente no novo papel que a mulher vai ter dentro da sociedade tendo então que dividir o seu tempo entre o trabalho externo e doméstico, ou seja, ampliação do trabalho excedente, além de aumentar a massa de força de trabalho como potencial a ser explorado. Esta questão vem trazer a tona um outro debate que seria o de pressionar o mercado a receber novos indivíduos e isto vai refletir diretamente na elaboração das políticas públicas.

Isto contribuiu sobremaneira para o aparecimento de novas demandas e necessidades, dentre elas uma enorme pressão destes novos agrupamentos não só por maior inserção no mercado, mas duas décadas depois aconteceu também a necessidade de mudança nos padrões de comportamento. Este fato contribuiu sobremaneira para repensar as relações sociais e de que forma o Estado possa elaborar e implementar novas políticas de desenvolvimento, principalmente se considerarmos que é um período em que a sociedade mundial passa por um amplo processo de expansão e fortalecimento da democracia burguesa como um elemento importante de convencimento social.

Sobre esta capacidade do capitalismo em adequar estas novas realidades a sua necessidade de acumulação, Wood (2003, p. 245) afirma que:

Como as convicções da direita se espalham na direção da esquerda, deslocando até as formas mais inofensivas do neokeynesianismo, todo o espectro do debate parece estar adotando uma nova tendência em que mesmo a lealdade ao estado Keynesiano de bem-estar já é vista como uma posição cada vez mais revolucionária – e, de fato, há hoje pessoas na extremna esquerda que adotaram esta como sua própria posição, e substituíram o

⁵ Não podemos deixar de destacar que este caráter emancipatório se limita aos seus aspectos políticos, pois a emancipação humana só se efetiva a partir da supressão da sociedade do capital (MARX, 2010b).

socialismo por uma “cidadania social”, o aprimoramento dos “direitos sociais” sob o capitalismo, como sua maior (mais viável) aspiração emancipatória.

Foram criadas assim novas formas culturais, que visavam principalmente estimular uma maior participação de amplas camadas sociais e também estabelecer novos padrões que garantissem não só o crescimento efetivo da renda, mas também como isto poderia contribuir para ampliar a qualidade de vida de toda a sociedade (FURTADO, 1982).

Uma análise que representa este paradigma é a de Furtado (2003) quando afirma que:

O ponto de partida do estudo do desenvolvimento deveria ser não a taxa de investimento, ou a relação produto-capital, ou a dimensão do mercado, mas o horizonte de aspirações da coletividade em questão, considerada não abstratamente mas como um conjunto de grupos ou estratos com perfil definido.

A afirmação acima representa estes “novos anseios” que surgem nas últimas décadas. No entanto, estes “novos anseios” e demandas da diversificação social também servem para mascarar o caráter de classe das políticas de desenvolvimento. Outras formas sociais que foram se desenvolvendo (que nos protegeriam do caos e da aleatoriedade) exigiram em contrapartida a não restrição da liberdade individual. Harvey (2001, p. 23) observa que “há a suspeita de que o projeto do Iluminismo estava fadado a voltar-se contra si mesmo e transformar a busca de emancipação humana num sistema de opressão universal em nome da libertação humana”.

No entanto, estes “novos anseios” surgidos principalemnte a partir da década de 1960 favoreceram o obscurecimento da luta de classes, isto porque a partir daí, as políticas públicas tem favorecido consideravelmente as chamadas “minorias” materializado na condição das mulheres, negros, homossexuais, etc., criando assim uma percepção de que estas questões não passam pela relação exploratória do capital. Assim, o que tem acontecido é o favorecimento da emancipação do indivíduo – do negro com relação ao branco, da mulher com relação ao homem, etc. – em detrimento da emancipação humana que seria emancipar o homem da sua condição de trabalhador assalariado (MARX, 2010 b).

Sobre esta questão, Wood (2003, p. 229) considera que:

No caso de raça ou gênero, a situação é quase oposta. Anti-racismo e anti-sexismo têm identidades sociais específicas e geram forças sociais vigorosas. Mas não é tão evidente que igualdade racial e de gêneros sejam antagônicas ao capitalismo, nem que o capitalismo, nem que o capitalismo seja incapaz de tolerá-las, assim como é incapaz de garantir a paz mundial ou de respeitar o ambiente. Ou seja, cada um desses bens extra-econômicos tem uma relação específica com o capitalismo[...] Na verdade, o capitalismo tem um atendimento positiva a solapar essas diferenças e a diluir identidades como gênero ou raça, pois o capital luta para absorver as pessoas no mercado de trabalho e para reduzi-las a unidades intercambiáveis de trabalho, privadas de toda identidade específica.

O significado disto é que não existe contraposição entre direitos concedidos às denominadas minorias e acumulação de capital e que estes novos paradigmas se apresentam como mecanismos ideológicos construídos no sentido de obscurecer uma realidade que só pode ser superada com a superação do capital, isto porque na transição para o século XXI, entendemos que uma das questões determinantes da vida social é que a burguesia enquanto classe dominante encontra dificuldades em conter o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho no século XXI, que produzem em sua essência tempo livre como elemento determinante da riqueza social (MARX, 2011), o que não pressupõe tempo livre para toda a humanidade.

Nesta condição, a reprodução social da existência ganha um caráter de destrutibilidade, e neste sentido, Marx e Engels (2007, p. 41) afirmam que:

[...] 1) No desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) – e ligada a isso, surge uma classe que tem de suportar todos os fardos da sociedade sem desfrutar de suas vantagens e que, expulsa da sociedade, é forçada a mais decidida oposição a todas as outras classes; uma classe que configura a maioria dos membros da sociedade e a da qual emana a consciência da necessidade de uma revolução radical, a consciência comunista, que também pode se formar, naturalmente, entre outras classes, graças à percepção da situação dessa classe.

Assim, ao mesmo tempo, se com o desenvolvimento da grande indústria os objetos produzidos se tornam síntese cristalizada de todo o trabalho humano, e a grande questão é criar os mecanismos ideológicos que justifiquem o porquê de uma parte da humanidade não ter acesso ao que ela mesma produz (MARX, 2010a), ou mesmo, o porquê da existência da burguesia, enquanto classe dominante (ENGELS, 1978).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento pode ser pensado como resultado direto da acumulação, o que indica uma apropriação não equitativa da formação do excedente. Quanto maior a formação do excedente, mais se intensifica o empobrecimento das classes trabalhadoras. Neste sentido, Marx (1988, p. 201) afirma que:

A acumulação de riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital.

Desenvolvimento então teria relação direta com o crescimento do excedente, como resultado de uma intensificação da produção da mais-valia social. O reflexo aparece na atual precarização da condição humana no século XXI. São populações inteiras vivendo um intenso processo de degradação social no mundo. Não significa dizer que o modelo de desenvolvimento adotado, no período compreendido entre 1945-1973, não tenha trazido em melhorias nas condições materiais de sobrevivência dos trabalhadores. O capitalismo ainda mantém o trabalho não como função prioritária para o atendimento das necessidades humanas, mas necessidades de reprodução do capital.

Sobre isto, Marx (1988, p. 179) afirma que “As circunstâncias mais ou menos favoráveis em que os assalariados se mantêm e se multiplicam em nada modificam, no entanto, o caráter básico da produção capitalista”, ou ainda que “Mas assim como melhor vestuário, alimentação, tratamento e um pecúlio maior não superaram a relação de dependência e a exploração do escravo, tampouco superam as do assalariado” (MARX, 1988, p. 182).

Harvey (2004b) considera também que apesar das mudanças quantitativas ocorridas no capitalismo ao longo do século XX, o mesmo mantém ainda as mesmas qualidades de sua origem. Neste sentido, Harvey (2004b, p. 97-98) afirma que:

Embora todos reconheçam, creio, as mudanças quantitativas ocorridas, o que de fato precisa ser debatido é se essas mudanças quantitativas são, quando consideradas em seu conjunto, pronunciadas e sinérgicas o bastante para nos levar a uma era qualitativamente nova de desenvolvimento capitalista que requeira uma visão radical de nossos conceitos teóricos e de nosso aparelho político (para não mencionar nossas aspirações).

A retórica utilizada nos parágrafos anteriores, tem como objetivo dar sustentação a tese de que o desenvolvimento capitalista garante algumas conquistas materiais. Não pode deixar de ser citado que estes ganhos só ocorrem se não entrarem em choque com os ganhos do capital.

Portanto, diante das dificuldades de reprodução das relações sociais de produção da existência mediada pelo capital e das novas demandas de novos agrupamentos sociais, no contexto de uma crise estrutural e de muitas crises recorrentes, os desafios do desenvolvimento requerem muito mais criatividade em todos os sentidos.

REFERÊNCIAS

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro Fundo de cultura, 1961.

_____. **O Brasil “Pós-Milagre”**, 7 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1982.

_____. **Formação econômica do Brasil**, 27 ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1999.

_____. **Raízes do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003.

CASTRO, Josué de. **Fome: um tema proibido**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. A história do pensamento de Marx. In: BORON, Atilio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. **A teoria marxista hoje: Perspectivas e problemas**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociais – CLACSO, 2006.

ENGELS, Friedrich. **Classes sociais necessárias e supérfluas**. In: Revista temas de ciências humanas, n. 3. São Paulo: Editora Ciências Humanas Ltda, 1978.

GOMEZ, Jorge Montenegro. **O desenvolvimento como mecanismo de controle social: desdobramentos escalares**. Revista Pegada, Presidente Pudente, v. 6, n. 1, junho de 2005. Disponível em www.prudente.unesp.br/ceget. Acessado em 12 de Março de 2008.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**, 10 ed. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004a.

_____. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004b.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HOBBSBAWM, Eric. **A era do capital: 1848 a 1875**. 5 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____. **Era dos extremos**. São Paulo: Cia das letras, 2001.

KOWARICK, Lúcio. **Espoliação Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MARX, Karl. **Grundrisse**: Manuscritos económicos de 1857-1858: Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo Editorial; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

_____. **Para a crítica da economia política**: Manuscrito de 1861-1863(Cadernos de I a V): terceiro Capítulo – O capital em geral. São Paulo: Autêntica, 2010.

_____. **Sobre a questão judaica**. São paulo, Boitempo Editorial, 2010.

_____; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. **O Capital**: crítica da economia política: livro primeiro: o processo de produção do capital: volume I, tomo II (capítulos XIII a XXV). São Paulo: Nova Cultural, 1988b. (Coleção Os Economistas).

PERROUX, François. **A economia do século XX**. São Paulo: Herder, 1968.

ROSTOW, W.W. Etapas do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

SANTOS, Milton. Natureza do espaço. São Paulo: Hucitec, 1996.

SMITH, Adam. **A riqueza das Nações: Investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Nova Cultural, 1988. (Coleção Os Economistas)

WOOD, Ellen M. Democracia contra capitalismo.: a renovação do materialismo histórico. São paulo: Boitempo Editorial, 2003.